

A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense

Priscila Nunes Fraga Maia¹; Adrianno Oliveira Rodrigues²

Resumo

O município de Nova Iguaçu, fundado em 1833 às margens do rio Iguaçu, situa-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde exerce funções fundamentais para o desempenho econômico local. Quando de sua formação, Nova Iguaçu esteve sob influência direta da cidade do Rio de Janeiro, em virtude, sobretudo, de sua localização estratégica – entre a capital e o interior do estado. Na verdade, estando na dependência econômica da capital fluminense, Nova Iguaçu acabava pouco se fazendo economicamente presente em seus distritos, o que levou a emancipação de três deles nos anos 1940, quais sejam: Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. A reafirmação da política de investimentos seletivos da prefeitura no decorrer do século XX, dentre outros fatores, favoreceu novamente à formação de uma “consciência emancipacionista” em outros quatro distritos iguaçuanos: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita, resultando de fato, na emancipação dos mesmos. O principal objetivo deste projeto é apresentar o desempenho econômico de Nova Iguaçu na segunda metade do século XX, considerando as mudanças por que passou o referido município nos anos 1990, quando de suas emancipações mais recentes, contextualizando o referido município com a performance econômica do estado do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar o desempenho econômico de Nova Iguaçu na segunda metade do século XX. Para tanto, propusemo-nos a investigar os fatores econômicos, políticos e sociais ocorridos a partir da década de 1940, que atingiram diretamente o município em questão, com destaque para as fragmentações territoriais dos anos 1990 e 2000.

Nos anos 1940, o fim da citricultura em Nova Iguaçu coincidiu com o processo de urbanização e industrialização do Brasil, que no contexto fluminense concentrava-se na cidade do Rio de Janeiro, àquela época capital do país. Este processo, como será apresentado, passou pela reestruturação do parque industrial do Rio de Janeiro, que implicava em se destinar para a periferia os novos investimentos fabris. Ao

¹ Pesquisadora do NESTTE/UFRRJ, pfraga_ufrj@yahoo.com.br

² Professor do Departamento de História e Economia do Instituto Multidisciplinar da UFRJ, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, adrianno@ufrj.br

longo dos anos 40 e 50, esse processo foi se intensificando e as novas indústrias passaram a extrapolar os limites da capital em direção à Baixada Fluminense, seguindo o curso, sobretudo, da Avenida Brasil³ e da Rodovia Presidente Dutra⁴.

O crescimento industrial da região, como era de se esperar, atraiu um grande contingente populacional de outras regiões do país. Somado a isso tem-se a modernização do centro do Rio de Janeiro, que expulsou daquela localidade grande parte dos pobres ali residentes. Ou seja, havia àquela altura um expressivo volume populacional buscando local para fixar residência. O destino dos mesmos foi então a periferia mais próxima, isto é, a Baixada Fluminense. Essa região foi escolhida não apenas por sua proximidade em relação à capital, mas também pela existência de ferrovias recém-eletrificadas que a ligavam à cidade do Rio de Janeiro, e pela instituição de uma tarifa única para qualquer que fosse o destino do passageiro do trem. Tais fatores facilitavam o deslocamento da população até a cidade do Rio de Janeiro, onde a maior parte da mesma desenvolvia suas atividades econômicas. Some-se a isso, os preços acessíveis dos lotes da Baixada e as facilidades que as prefeituras concediam, permitindo inclusive autoconstruções clandestinas, para atrair moradores.

Desde o início desse processo de urbanização e industrialização da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu já exercia uma certa centralidade em relação aos demais municípios, tendo saído à frente na estruturação de uma rede própria de comércio e serviços. Com isso, enquanto os demais municípios da região, restringiam-se a cidades dormitórios, Nova Iguaçu (e também Duque de Caxias), era além de cidade-satélite, pois parte de sua população mantinha uma relação pendular com a cidade do Rio de Janeiro, uma cidade industrial, que desempenhava múltiplas funções no seio da Baixada, com relativa autonomia em relação à capital fluminense.

A expansão industrial de Nova Iguaçu, e também da Baixada Fluminense, foi crescente até os anos 80, tendo a partir de então sido reduzida pela própria dinâmica econômica fluminense. Fato é que esta expansão ocorrida garantiu a industrialização de inúmeros distritos iguaçuanos. No entanto, a prefeitura reafirmou ao longo dos anos, a mesma política de investimentos seletivos que motivou as emancipações da década de

³ A Avenida Brasil é considerada a mais importante via expressa da cidade do Rio de Janeiro, que com 58 quilômetros de extensão corta 28 bairros do município, ligando a BR 101 Norte a BR 101 Sul – a rodovia federal longitudinal do país, cujo ponto inicial é Touros-RN e o ponto final é São José do Norte-RS.

⁴ A Rodovia Presidente Dutra faz a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo considerada a rodovia mais importante do Brasil não somente por ligar as duas metrópoles nacionais, mas também por atravessar uma das regiões mais ricas do país – o Vale do Paraíba, e ainda por ser a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do Brasil.

1940 (que levaram à formação de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti). Com isso, gerou-se nos moradores dos distritos um sentimento de abandono e insatisfação para com o município-sede, de forma que os mesmos passaram a questionar o fato de colaborarem significativamente com a formação da receita municipal, e pouco receberem da municipalidade em termos de bens e serviços públicos.

Esses moradores então, desenvolveram uma “consciência emancipacionista” que foi traduzida em longos processos de desmembramento. A Ditadura Militar instaurada no país em 1964 fez com que um longo tempo se passasse entre as emancipações dos anos 40 e as novas tentativas de emancipação, recomeçadas em 1983, com a relativa democracia explicitada nas eleições diretas para governadores e prefeitos daquele ano. Mas apesar de reiniciadas as tentativas de emancipação no início da década de 80, apenas nos anos 1990 é que os novos municípios foram instituídos, quais sejam: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

Essas emancipações produziram impactos sobre as receitas municipais, o contingente populacional, o parque industrial etc., todavia, a inflexão econômica por que passou o estado do Rio de Janeiro a partir de meados dos anos 1990 contribuiu favoravelmente para a recuperação do município fragmentado.

No decorrer dos anos 1990 e 2000, Nova Iguaçu atravessou um processo de acelerado crescimento econômico, que ratificou a emergência do município enquanto uma “economia de serviços”, em detrimento das atividades industriais. Essas atividades não deixaram de ser expressivas, mas tiveram perda de participação na formação do produto municipal. No setor terciário destaca-se a participação dos aluguéis e da construção civil, na composição do PIB iguaçuano, enquanto no setor secundário, o destaque cabe à indústria de produtos mobiliários, alimentos e cosméticos, sendo que a produção deste último pelo município corresponde a 10% do total produzido pelo país.

Diante dessas informações, encontramos o ponto norteador deste trabalho, e a partir de então procedemos à análise atenta dessas e outras informações, dados e resultados que o município de Nova Iguaçu apresentou nos anos 1990 e 2000. Para isso foram utilizadas diversas fontes de pesquisa, com destaque para Rodrigues (2005), Simões (2007), estudos socioeconômicos divulgados pelo TCE (2005 e 2007), recenseamentos elaborados e divulgados pela Fundação CIDE, entre outros.

No Capítulo 1, este trabalho busca analisar em linhas gerais o ciclo da laranja em curso no município de meados dos anos 1930 ao pós Segunda Guerra.

Em seguida, no Capítulo 2 é levantada a questão da industrialização da Baixada Fluminense e do elevado crescimento demográfico ali verificado a partir da década de 1940, momento de forte expansão econômica e acelerada urbanização da região.

O Capítulo 3 discute os processos mais recentes de emancipação sofridos por Nova Iguaçu. É enfatizada a luta, inclusive judicial, de alguns municípios em busca de sua autonomia política.

Finalizando o trabalho, o Capítulo 4 apresenta o impacto dos desmembramentos descritos no desempenho demográfico e econômico iguaçuano. Expõe-se a trajetória do referido município nos anos 1990 e 2000, quando o município acompanha a tendência de inflexão da trajetória econômica estadual e passa a apresentar PIBs crescentes ao longo dos anos 2000. Nesse mesmo período, o setor de comércio e serviços passa a responder pela maior parte do produto municipal, deixando em segundo lugar a atividade industrial, que ainda apresenta-se expressiva.

1. A citricultura e o rompimento da tradição agrícola de Nova Iguaçu

Com vistas a valorizar os terrenos com uma cultura permanente que demandasse relativamente pouca mão-de-obra, a partir do último quartel do século XIX iniciou-se na região de Iguaçu a plantação de laranjais. Contando inicialmente com apoio governamental através de saneamento, drenagem de pântanos e outros, a citricultura encontrou ali solo, clima e relevo favoráveis, proximidade em relação às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os maiores centros consumidores do país, bem como, facilidades no transporte do produto até o porto do Rio pelas estradas de ferro existentes que faziam a ligação com a região de Iguaçu. Ou seja, vários fatores contribuíram para tornar aquela região ideal à cultura da laranja.

Com a eliminação da malária e a drenagem de extensas várzeas, deu-se o crescimento rápido de toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os eixos ferroviários e as estações, sobretudo das Ferrovias Central do Brasil e Leopoldina, direcionaram o crescimento metropolitano para além da fronteira da cidade do Rio, para a Baixada Fluminense.

A produção de laranja em escala comercial exigiu toda uma infra-estrutura com vistas a fabricação de caixas, transporte das frutas dos pomares aos portos, tratamento e acondicionamento das laranjas etc, que culminou numa explosão de migrantes para a região.

O sucesso da citricultura permitiu o enriquecimento do pequeno grupo que controlava o negócio na Baixada. Este então, passou a demandar os equipamentos responsáveis pela estruturação urbana das localidades ali existentes. As casas aumentaram de tamanho, estradas foram abertas, praças e hospitais construídos, as instalações de água e esgoto foram reformadas e ampliadas, as ruas foram iluminadas.

Os citricultores contando com apoio governamental através de isenções tributárias e barateamento dos fretes, puderam saltar as exportações no porto de Rio de Janeiro de 2.500 caixas em 1910, para 1.236.031, em 1931, e 1.554.644 caixas, em 1941. Concomitantemente, saltou a população iguaçuana entre 1929 e 1940, de 33.396 para 140.606 habitantes (Alves, 2003).

A citricultura, dado seu sucesso, fez ainda com que o Poder Público investisse nas vias que davam aos trabalhadores acesso à região produtora, e permitiam o escoamento da produção. Data desse período a construção das Rodovias Washington Luís⁵, Rio-São Paulo⁶ e a Avenida Automóvel Clube⁷, bem como a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil⁸, inicialmente, em 1938, até Nova Iguaçu, e depois, em 1943, até Japeri.

No entanto, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as exportações de laranja cessaram, impedindo para além-mar o escoamento da produção. Além disso, a crise do combustível associada à escassez de frigoríficos fez com que o apodrecimento dos frutos ainda nas árvores se generalizasse. Este por sua vez, favoreceu o aparecimento da “mosca do mediterrâneo”, uma praga que derrocou completamente a produção de laranjas. E quando findo o conflito mundial, os citricultores iguaçuanos que sobreviveram à crise, novamente foram atingidos: o governo brasileiro proibiu a exportação do fruto, pois o mesmo estava em falta no mercado interno. Assim, a citricultura foi deixada de lado e seus antigos produtores buscaram outros meios de sobrevivência. Todavia, certo é que toda a economia de Nova Iguaçu foi atingida pela crise.

⁵ Trecho da rodovia federal 040 que faz a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis.

⁶ Atual BR 465, que até os anos 1950 era a principal ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

⁷ Atual Avenida Pastor Luther King Jr, que une vários bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

⁸ A Estrada de Ferro Central do Brasil foi uma das principais ferrovias do Brasil ligando do final do século XIX até 1990 as Províncias do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, quando então, os trens entre São Paulo e Rio de Janeiro e entre Belo Horizonte e São Paulo foram extintos. Atualmente, os subúrbios de São Paulo fazem parte da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, e os do Rio de Janeiro, da Supervia; sendo que apenas na estação final deste último trecho permanece o nome *Central do Brasil*.

Cabe ressaltar que durante a citricultura, o acelerado crescimento populacional e econômico por que passava Nova Iguaçu, somado à negligência do município-sede iguaçuano em relação a seus distritos no que tange à prestação de serviços públicos, levaram muitos destes a articularem movimentos emancipacionistas que culminaram na formação de três novos municípios: Duque de Caxias, em 1943; e Nilópolis e São João de Meriti, em 1947.

2. A urbanização e a industrialização da Baixada Fluminense

Uma vez deflagrada a crise da citricultura, os principais municípios atingidos: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, buscaram na sua estratégica localização em relação à cidade do Rio de Janeiro, sua recuperação econômica.

Até os anos 30, segundo Rodrigues (2005), a localização de indústrias dava-se em locais já urbanizados da capital e com fácil acesso aos meios de transporte. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 30, favorecidos em boa medida pela crise de 29 e pelas inovações do período da Segunda Guerra Mundial, que permitiram à indústria expansão em setores ainda pouco desenvolvidos; e pelo próprio aparato legal que buscava afastar as indústrias da cidade do Rio de Janeiro, essa situação começou a se alterar.

Nesse contexto, a reestruturação da zona da cidade do Rio de Janeiro destinada a abrigar seu parque industrial direcionou, a partir do final da década de 30, para o eixo da Estrada de Ferro Leopoldina e da Avenida Brasil, os novos investimentos fabris do estado. Com isso, a partir dos anos 40 e 50, mais de 220 indústrias de médio e longo porte, instalaram-se nos bairros de subúrbio do Rio, provocando o desenvolvimento dos mesmos. Paralelamente, investimentos industriais eram também alocados nos arredores da Rodovia Presidente Dutra, que recém ampliada estendia-se até a Baixada Fluminense.

Assim, os municípios: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, os três últimos recém emancipados, adotaram políticas de isenções fiscais com vistas a atrair investimentos para seus territórios.

A eletrificação das ferrovias favoreceu a urbanização dos subúrbios, e ainda permitiu o aumento da distância entre os locais de residência e trabalho dos operários,

uma vez que reduziu o tempo de percurso, permitindo também com isso, a instituição de novos loteamentos suburbanos e seu povoamento.

Após a Segunda Guerra Mundial, os loteamentos direcionaram-se à Zona Oeste. Antigas áreas de Campo Grande e da Baixada, que outrora ocupavam-se respectivamente com aviários e plantações citrícolas, foram loteadas.

Uma vez ocorrida a instalação da indústria automobilística no país, verificou-se também a reorganização do sistema de abastecimento, com supermercados e centros de comércio a serviço do automóvel, de forma que ocorreu o surgimento de novos pólos comerciais. Nesse sentido, Nova Iguaçu se desenvolveu aceleradamente na Baixada, como região pólo.

A inauguração da Avenida Brasil em 1940, somada à instituição da tarifa ferroviária única e aos subsídios concedidos a essa mesma tarifa, aceleraram consideravelmente o crescimento dos municípios da Baixada. Ainda a referida avenida figurou-se como um fator de re-localização industrial que direcionou para a Baixada as indústrias fluminenses, de forma que nos anos 50, as proporções industriais de Nova Iguaçu, Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti superavam o Rio (Lessa, 2000). O efeito multiplicador desencadeado pelo crescimento dessas refletiu segundo Abreu *apud* Rodrigues (2005), na geração de empregos no setor terciário, em pressões sobre o poder público por infra-estrutura básica, entre outros. Nessa mesma época, a população de Nova Iguaçu e a de Duque de Caxias cresciam significativamente.

Nas palavras de Lessa:

A população de Nova Iguaçu e Caxias cresceu acima de 10% ao ano. Nestas décadas, Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo progrediram acima da média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000, p. 253).

Nos anos 50, o Rio recebeu levas migratórias de Minas Gerais e de estados nordestinos, além de ter havido transumância dentro do próprio estado do Rio de Janeiro, de forma que a população daquele município saltou de 2.377.452 em 1950, para 3.281.908 em 1960. Esse contingente migratório era atraído para a capital fluminense porque apesar de toda escassez e precariedade, ali havia um padrão de bem-estar social mais elevado e maior facilidade para se ter acesso a serviços sociais, bem como a emprego no mercado de trabalho.

De acordo com Lessa:

A metrópole, quando cresce, é um canteiro de obras e um espaço de oportunidades que atrai, continuamente, mão-de-obra livre e pobre das cidades menores e da zona rural (2000, p. 293).

Essa massa migratória buscou moradia na periferia mais próxima, onde os preços dos lotes lhe eram acessíveis, ou seja, esses migrantes fixaram residência na Baixada Fluminense. Além disso, a modernização da cidade do Rio de Janeiro e a conseqüente expulsão dos menos abastados do centro da cidade destinou à Baixada parte dessa população carioca pobre.

A inexistência de infra-estrutura mantinha baixos os preços dos lotes. Os loteamentos apenas demarcavam ruas e lotes, de forma que a construção de vias para a circulação de automóveis, bem como a construção de equipamentos comunitários eram difíceis. As prefeituras da Baixada facilitavam ao máximo o estabelecimento de pessoas em seus territórios. Essa política pode ser verificada em práticas como: cobrança de taxa irrisória para a aprovação de projetos, tolerância a obras clandestinas, entre outros.

O crescimento galopante do número de loteamentos e lotes redefiniu a disposição urbana da Baixada Fluminense. De 21 loteamentos existentes até 1929, com um total de 20.524 lotes, salta-se para 1.168 loteamentos, com 273.208 lotes até o final da década de 50.

Ademais, de acordo com Soares *apud* Rodrigues (2005), neste período instalaram-se em Nova Iguaçu 27 firmas construtoras, 11 fabricantes de esquadrias, inúmeras olarias e pequenas fábricas de artefatos de cimento.

Nilópolis e São João de Meriti passaram a se figurar sobretudo como cidades-dormitório, tendo em vista a manutenção de uma relação pendular entre suas respectivas populações e a cidade do Rio de Janeiro, onde a maior parte daquelas exercia sua atividade produtiva.

Nova Iguaçu e Duque de Caxias no entanto, tiveram potencial e dinamismo o bastante para assumirem variadas e simultâneas funções, de forma a conquistarem relativa autonomia em relação à capital fluminense.

Segundo Alves, em 1950, cerca de 61,45% dos moradores da Baixada que exerciam a função de comerciante, trabalhavam fora do município em que residiam; para os industriários, esse índice elevava-se para 75,73%.

Apesar de todo o crescimento econômico da Baixada decorrente do surto de urbanização, as condições de vida das pessoas que ali moravam permaneciam muito

ruins. Os meios de transporte, sobretudo trens e ônibus, utilizados pelos trabalhadores em seu deslocamento diário, tinham estado precário. A população não podia contar com os mais básicos serviços de competência do Estado, como água e esgoto, as condições de higiene também não eram boas e até o final dos anos 50, interesses políticos impediam a construção de um hospital, que seria o primeiro da região.

Além disso, a população em geral percebia uma baixa renda, e seus salários eram completamente comprometidos com o pagamento das prestações do lote, com a construção da casa própria e com a alimentação da família.

Segundo Simões (2007), à medida que a ocupação da periferia de Nova Iguaçu se deu sob a forma de loteamentos sem nenhuma infra-estrutura e tendo em vista serem escassos os recursos, a prefeitura municipal optou por adotar uma política de investimentos seletivos, em que o centro recebia investimentos em serviços e equipamentos públicos, assim como a sede dos distritos, embora em menor grau, enquanto os novos bairros eram completamente ignorados.

Entre a estação ferroviária e a encosta da Serra de Madureira estabeleceu-se uma área residencial que desde o início foi ocupada pelos setores mais abastados da sociedade. Essa foi a faixa de moradia dos antigos exportadores, profissionais liberais e comerciantes que possuíam uma renda bem acima da maioria da população e ocupavam casas amplas próximas à estação e nas encostas do maciço, longe das áreas alagadiças e inundáveis.

A referida política de investimentos seletivos contribuiu para a valorização dessas áreas e a construção posterior de um muro ao longo da via férrea, provocando uma nova divisão na cidade. No entanto, tratava-se àquela altura de uma divisão intra-municipal: Nova Iguaçu foi dividida internamente em dois lados, um dos “ricos” e outro dos “pobres”. Até o final dos anos 1980, apenas o Viaduto João Müsch fazia a ligação desses dois “lados”, quando então foi construído o Viaduto do Caonze. Mas a essa época, um padrão de segregação já estava muito bem assentado naquele município.

3. Nova Iguaçu de 1950 a 1980: recuperação e relativo declínio da economia local

Apesar das mutilações territoriais que sofreu na década de 1940, Nova Iguaçu se manteve como um dos municípios de maior área do Estado do Rio de Janeiro, com 778km², o que equivalia a 1,87% da área estadual; permaneceu com uma população numerosa, que embora em sua maior parte trabalhasse na cidade do Rio de Janeiro, a

parcela populacional que exercia suas atividades no município cooperava proficuamente para sua riqueza, de forma a colocar aquele município, segundo Pedroso & Porto (1950), em 1948, entre os oito de maior orçamento do estado.

No entanto, fato é que os desmembramentos ocorridos criaram novos municípios e novos núcleos de poder. A relativa autonomia das novas municipalidades permitiu-lhes a adoção de novos projetos e culminou numa nova relação entre as forças locais e regionais.

Segundo Soja *apud* Simões (2007), a expansão da mancha urbana e os processos de reorganização produtiva do capitalismo fazem com que a relação centro-periferia se torne mais complexa e os núcleos urbanos assimilados pela conurbação e metropolização deixam de ser meros subespaços da metrópole, com atividade e tecido social subordinados a esta lógica. Ocorre então, em alguns pontos da metrópole, a emergência de espaços com um certo grau de autonomia frente ao núcleo, e com poder de articular outros subespaços ao seu redor; apresentando um distrito central de negócios (CBD – Central Business District) relativamente autônomo e desenvolvido, que reproduz os arranjos econômicos e espaciais verificados no centro, com praticamente as mesmas funções, porém em escalas e tamanhos menores que aquele.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro existe nessa lógica, uma sub-rede urbana articulada à divisão intra-metropolitana do trabalho, que tem como centro o Rio de Janeiro, e que conta com Nova Iguaçu exercendo sua centralidade em um território que lhe é subordinado. Ou seja, Nova Iguaçu possui um centro de negócios diversificado e capaz de atender tanto seus moradores, como os habitantes do entorno que não encontram esses bens e serviços nas suas localidades; localidades essas materialmente ligadas entre si e ao centro através de uma teia de estradas e avenidas por onde circulam inúmeras linhas de ônibus. Enfim, relações sociais, econômicas, culturais e políticas são travadas entre as cidades centrais, das quais Nova Iguaçu é um exemplo dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e os entornos destas. Tais relações são manifestas através de fluxos de pessoas, mercadorias e informações, e podem ser contabilizadas através de viagens nos transportes coletivos, ligações telefônicas, votação de determinados candidatos nas eleições, entre outros.

Entre os anos 60 e 70, o município iguaçuano persistiu em sua trajetória de crescimento demográfico tendo saltado de um número de 356.545 habitantes em 1960, para 415.690 em 1970, segundo dados do censo demográfico divulgados pelo IBGE. Sendo que de acordo com Rodrigues (2005), nesse mesmo período o referido município

apresentou a mais alta taxa de crescimento da população urbana dentre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 7,3%, o que na visão do mesmo autor, contribuiu para que no início da década de 1960, Nova Iguaçu estivesse totalmente conurbado com os demais municípios da metrópole fluminense. Mesmo a partir de 1975, quando a cidade do Rio de Janeiro deixa de atrair migrantes, seja em virtude da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, e/ou em decorrência da consolidação do processo de desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo, o município de Nova Iguaçu permaneceu atraindo migrantes.

Nas palavras de Lessa:

Em 1970, (...) a taxa de crescimento demográfico dos demais municípios da RMRJ superava em muito o crescimento do Rio de Janeiro e de Niterói. (...) Trocando em miúdos: na segunda metade do século XX, a população dos demais municípios da RMRJ cresceu explosivamente, e os moradores do interior fluminense tenderam a se deslocar para a RMRJ (2000, p. 372).

De acordo com Rodrigues (2005), a distância da periferia em relação à metrópole fez com que Nova Iguaçu se firmasse como pólo de atração regional no seio da Baixada Fluminense, uma vez que esta apresentava um número significativo de empresas industriais, comerciais e de serviços que atendiam os carentes municípios vizinhos.

Enquanto importantes estabelecimentos industriais situados em Nova Iguaçu naquele período, têm-se em destaque: a Bayer do Brasil Indústrias Químicas S.A., Cia. Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A., Indústrias Granfino S.A., S. A. Marvin (parafusos e pregos), Rupturista S.A. (explosivos), USIMECA – Usina Mecânica Carioca S.A., Fábrica de Tecidos Cachambi, e Fábrica de Cigarros Souza Cruz.

Rodrigues (2005) destaca que em 1965, a maior parte do valor total da produção do município (98,9%) era proveniente da indústria de transformação, cujos principais gêneros eram: química (33,7%), produtos alimentícios (16,9%), metalurgia (16,6%), material de transportes (10,4%). No ramo químico, destacava-se a produção de tintas e dinamites; no setor metalúrgico, a maior parte da produção era de tubos de aço galvanizado, fios, vergalhões, armações para guarda-chuvas. No setor de material de transportes, a produção destinava-se a atender a FNM – Fábrica Nacional de Motores e ainda a realizar reparos nos vagões da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil. E o

setor de produtos alimentícios produzia com esmero, sobretudo, fubá e óleo de milho, e farinha de mandioca.

Segundo Silva (2004), apesar da indústria fluminense ter alcançado excelente desempenho no período 1956-1980, crescendo 9% a.a., sua média de expansão foi percentualmente inferior à paulista (10,9% a.a.), à nacional (11,3% a.a.), e a do território brasileiro exclusive Rio de Janeiro e São Paulo (13% a.a.); o que, de acordo com Rodrigues (2005), não deixou de ser sentido em Nova Iguaçu, cuja participação no valor de transformação industrial no total metropolitano caiu de 3,2% para 2,7% entre 1959 e 1970.

No período compreendido entre 1970 e 1985, essa tendência tendeu ao agravamento. O II PND tendo como um de seus objetivos a descentralização das atividades industriais da região Sudeste, colaborou para o avanço do processo de esvaziamento econômico do Estado do Rio de Janeiro, que passou de um caráter relativo até 1980, para daí em diante tornar-se absoluto (Silva, 2004). De acordo com Lessa (2000), nesse período a FNM encerrou suas atividades, assim como a Standard Electric. A indústria de construção naval, sem financiamentos, entrou em profunda e longa crise. A indústria têxtil mudou: Nova América saiu de Del Castilho. A indústria de computadores COBRA, instalada em Jacarepaguá fechou suas portas, a Nuclebrás foi desativada, iniciativas do projeto Brasil-Potência foram desmanteladas posteriormente. Isso acontecia e simultaneamente funções que eram sediadas no Rio de Janeiro, ex-capital federal, foram transferidas para Brasília. Até a Embratur mudou da capital turística do país para a nova capital.

Segundo Rodrigues (2005), tem-se em 1980 o auge do setor industrial de Nova Iguaçu: de 1970 para 1980, o setor apresentou um crescimento tal que refletiu num aumento de 42,8% no número de estabelecimentos, e de 99,8% no número de pessoal ocupado. As indústrias que mais empregaram mão-de-obra na economia daquele município, mantendo-se estáveis inclusive na crise foram as alimentícias e metalúrgicas. A partir de 1985, essas variáveis já apresentam queda em relação a 1980.

Segundo Furlanetto (1987), neste período, o processo de localização das empresas atraía outras, menores, sobretudo prestadoras de serviços, fabricantes de matérias-primas etc, de forma que a mão-de-obra foi parcialmente recrutada no local.

Cabe ressaltar ainda que naquele período o mercado de trabalho passou por profundas transformações que vão desde o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, até a terceirização desse mercado, passando pelo aumento da

informalização e pela redução da renda dos trabalhadores. Mudanças essas que levaram a um aumento do número de trabalhadores autônomos, à redução da receita previdenciária.

A década de 1980 marca também a redução do movimento migratório do país. Nova Iguaçu então, acompanhando essa tendência reduziu sua taxa de crescimento que havia sido de 4,1% na década de 1970, para 1,5% nos anos 80.

4. As últimas fragmentações do território iguaçuano

Após as fragmentações ocorridas nos anos 40, seguiram-se longas décadas até ocorrerem novas emancipações em Nova Iguaçu. Mas isso, não por falta de tentativas, haja vista o ressurgimento, ainda na década de 1950, de tensões entre os distritos iguaçuanos, devido às intensas transformações por que passavam os mesmos e à reafirmação da política de investimentos seletivos por parte do prefeitura municipal.

Em 1952, teve-se a consolidação da ocupação urbana de Mesquita dada por sua elevação à categoria de 5º distrito de Nova Iguaçu. No entanto, a prefeitura municipal reafirmou também ali sua política de investimentos seletivos, deixando a população daquele distrito quase que completamente desamparada no que tange a serviços públicos básicos. Diante disso, o aumento da desigualdade de qualidade de vida em relação a Nova Iguaçu fez surgir um descontentamento popular que culminou em 1957, num movimento pró-emancipação. Este então, apesar da oposição de vereadores e do deputado estadual José Montes Paixão, encaminhou à ALERJ um projeto de lei que não chegou nem mesmo a ser votado porque desapareceu. E devido a uma ruptura na aliança que iniciou o movimento, ficou impossibilitada a elaboração de um novo projeto (Simões, 2007).

Em Queimados, a ocupação urbana se deu nos mesmos moldes dos demais distritos iguaçuanos: através do binômio loteamento popular e autoconstrução. Assim sendo, também ali as carências materiais eram enormes e o principal motivo dessas era mais uma vez o descaso da prefeitura municipal. Surgiu diante disso nos anos 50, uma certa mobilização no sentido de questionar a ordem política vigente, mas a mesma não foi suficiente para promover uma ação emancipacionista efetiva (Simões, 2007).

O distrito de Belford Roxo tentou se emancipar em 1962, reunindo num movimento cerca de 300 pessoas, em sua maioria moradores de baixa renda, pequenos comerciantes e profissionais liberais. A luta ganhou força com a instalação do

Complexo da Bayer naquele distrito, pois fortaleceu a idéia de que a prefeitura arrecadava muito em Belford Roxo e por ele muito pouco fazia. Todavia, a falta de apoio de políticos tradicionais impediu que o processo fosse interposto junto à ALERJ (Simões, 2007).

A partir de 1964, com o advento do golpe que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, os movimentos emancipacionistas entraram em recesso, só retomando suas atividades após a abertura de 1982, promovida pelas eleições diretas para governador e prefeitos. No entanto, durante esse período de pausa, as contradições sociais e espaciais tenderam a se acentuar e o sentimento de abandono e não pertencimento a Nova Iguaçu aumentaram, fazendo com que os movimentos renascessem com força ainda maior nos anos 80 e 90.

4.1. O caso de Belford Roxo

Em Belford Roxo, o abandono da prefeitura e a omissão dos vereadores fizeram a população buscar em “lideranças marginais”⁹, melhores condições de vida, o que incluía a auto-construção de bens e serviços públicos, o transporte de doentes em ambulâncias privadas, a segurança do comércio local etc. A união dessas “lideranças”, às associações de moradores e aos políticos tradicionais permitiu a marcação junto à ALERJ do plebiscito para 12 de junho de 1988. Todavia, nesta data, o quorum mínimo não foi alcançado devido ao alto índice de abstenção em áreas do distrito onde os moradores não se identificaram com a proposta de emancipação. A Comissão então, interpôs um recurso junto ao TRE requerendo a recontagem dos votos válidos, excluindo da listagem os eleitores das localidades que se abstiveram. Em outubro de 1988 o recurso foi deferido e o quorum atingido. Em 1990, o projeto de lei que criava o município de Belford Roxo foi aprovado junto à ALERJ, e em 1993, com a posse do prefeito eleito, Joca, Belford Roxo foi elevado à categoria de município (Moraes, 2007).

4.2. O caso de Queimados

Em 1982, a eleição direta para prefeito em Nova Iguaçu não representou nenhuma mudança na política de investimentos seletivos praticada até então. Essa

⁹ A liderança marginal atua na facilitação das ações populares de resolução dos problemas práticos. A elevação de um indivíduo a esse status relaciona-se muito mais à sua capacidade de incentivar a resolução prática de problemas do que à sua proximidade a elementos ou órgãos ligados às esferas oficiais de poder.

situação de abandono somada à força adquirida pelas associações de moradores no período de recesso das emancipações, re-impulsionou o movimento pró-emancipação de Queimados. Em 1984, foi elaborado um abaixo assinado, que com apoio de deputados estaduais conseguiu a marcação do plebiscito para julho de 1988. O pleito requeria a emancipação de Queimados e também de Japeri, alegando-se que todas as vias que ligavam este último distrito à Nova Iguaçu, passavam por Queimados. O quorum, no entanto, não foi atingido devido ao alto índice de abstenção verificado em Japeri, pela falta de identidade dos moradores daquele distrito com o novo município proposto (Simões, 2007).

Uma nova tentativa de emancipação iniciou-se com a criação de uma associação para organizar o processo, a Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados. Esta então redesenhou o mapa do distrito, retirando as localidades em que houve abstenção no plebiscito anterior. Assim sendo, no novo mapa, Japeri, Cabuçu, Marapicu e Km 32 não mais integrariam o processo de emancipação. Além disso, para dar maior peso político ao pleito, a associação pediu ao deputado estadual Paulo Duque para elaborar o novo projeto a ser apresentado à ALERJ, de acordo com a nova Constituição Brasileira (1988), alegando estar a população do distrito de Queimados insatisfeita com a carência de equipamentos e serviços públicos, ainda mais diante do volume de contribuições do referido distrito, consideravelmente expressivo, potencializada com a inauguração do Parque Industrial de Queimados, em 1978. Diante disso, e contando o processo com o apoio das associações de moradores, do empresariado e de grupos religiosos, houve uma forte mobilização em Queimados, que garantiu o comparecimento maciço da população no plebiscito. Em 1991, foi elaborado e aprovado o projeto de lei que instituiu o município, e em 1992, realizaram-se as primeiras eleições municipais (Simões, 2007).

4.3. O caso de Japeri

O primeiro processo visando a emancipação de Japeri se deu em conjunto com Queimados, e como já dito, não logrou êxito. Japeri já pertenceu a três diferentes distritos de Vassouras, dois de Nova Iguaçu, e também ao que hoje corresponde a Paracambi. Provavelmente resida aí o fracasso da tentativa de emancipar-se de Nova Iguaçu, subordinando-se a Queimados.

Sua segunda tentativa de emancipação foi iniciada a partir da constituição de uma Comissão que contava com a presença de vereadores, líderes religiosos, associações de moradores etc, enfim, tratava-se de um grupo bastante heterogêneo. O projeto do plebiscito foi aprovado na ALERJ e o mesmo foi marcado para junho de 1991. A campanha foi intensa e tinha dois focos: primeiro, buscava criar nos moradores, uma identidade territorial própria haja vista, como já mencionado, aquele distrito, ao longo de sua história ter integrado diferentes localidades; e, em segundo lugar, se voltava contra a indiferença dispensada pela prefeitura e pelos políticos de Nova Iguaçu ao distrito de Japeri e seus moradores, que vivia em péssimas condições de vida. O comparecimento da população no dia do plebiscito foi em massa, de forma que, em dezembro de 1991 foi aprovada a lei que criava aquele município e, em 1992, foram realizadas as primeiras eleições municipais, tendo em 1993, sido empossado o primeiro prefeito (Moraes, 2007).

4.4. O caso de Mesquita

A primeira tentativa de emancipação de Mesquita se deu ainda nos anos 50, como já dito, mas sem sucesso, provavelmente devido à proximidade daquele distrito em relação a Nova Iguaçu, que fazia com que as carências do mesmo fossem bem menores do que as encontradas nos distritos mais afastados. Inclusive, muitas áreas de Mesquita apresentavam uma qualidade de vida melhor do que a de áreas do próprio município-sede, o que tornava ameno o sentimento anti-iguaçuano de muitos moradores dali.

De qualquer forma, em 1983 o processo de emancipação foi retomado, mas quando foi marcada a data do primeiro plebiscito, ainda não havia sido criada uma identidade nos moradores do distrito em relação ao novo município proposto. O resultado foi um quorum insuficiente para o pleito de emancipação.

Em 1988, uma nova tentativa foi lançada, contando com o apoio do deputado José Montes Paixão, o mesmo acusado de ter desaparecido com o processo de emancipação de 1957. A população passou a desconfiar desse novo pleito e por isso não se mobilizou a comparecer no plebiscito marcado para novembro de 1993. Assim sendo, mais uma vez o quorum necessário não foi atingido (Simões, 2007).

Quase que de maneira imediata teve início a terceira campanha pró-emancipação, contando mais fortemente com o apoio de Paixão como mentor,

coordenador e sobretudo, financiador do processo. O fato decisivo para o grande apoio da população à nova campanha foi o governo do prefeito iguaçuano Altamir Gomes, que deixou o município e seus distritos em crise. A população mesquitense passou a acreditar que a emancipação do distrito era a única solução e o Comitê pela emancipação de Mesquita passou a atuar fortemente no sentido de construir uma “consciência emancipacionista”.

O plebiscito foi marcado para novembro de 1995 e a grande novidade do mesmo era a votação em urnas eletrônicas. No dia houve grande comparecimento da população às urnas, mas muitas dessas apresentaram defeitos, erros e houve suspeitas de fraudes. O resultado foi mais uma vez, quorum insuficiente.

Foi dado início então a uma nova etapa do processo: a luta judicial pela emancipação de Mesquita. O deputado Paixão encarregou-se de levar o processo à Justiça para validar o plebiscito ocorrido. A análise da listagem de eleitores mostrou a existência de inúmeras pessoas falecidas. Montou-se então um processo requerendo a retirada desses nomes da listagem, a recontagem dos eleitores aptos a votarem e o recálculo do quorum mínimo necessário. O STF em 1999 deu ganho de causa à Mesquita, e o projeto de lei criando o município foi encaminhado e aprovado a ALERJ. Em 2000 aconteceu a primeira eleição para prefeito de Mesquita e em 2001, com a posse de Paixão, o candidato eleito como “o emancipador”, o município foi instituído (Simões, 2007).

O mapa 1 a seguir demonstra como ficou a divisão do território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro após as emancipações acima descritas.

Mapa 1 – RMRJ pós-emancipações dos anos 1990 e 2000.



Fonte: SECTRA/RJ.

5- O desempenho recente de Nova Iguaçu: anos 1990 e 2000

Segundo Silva (2004), no âmbito da economia nacional, o Plano Real alcançou sucesso ao garantir a estabilização monetária. Todavia, o produto interno brasileiro apresentou baixos níveis de expansão, houve aumento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho, maior endividamento público e fragilidade externa.

A economia fluminense, na primeira metade dos anos 90, persistiu na dinâmica da “década perdida”, mas já cursando parte das transformações necessárias para reverter a trajetória de “esvaziamento relativo” verificada até então. Entre 1993 e 2000, a expansão acumulada do PIB fluminense foi da ordem de 31%, enquanto a da economia nacional foi de 23%. Se considerarmos apenas a segunda metade da década, essa expansão atingiu 21,4% no estado do Rio de Janeiro enquanto que o país atingiu 11,7% (Silva, 2004).

Segundo Natal *apud* Silva (2004), houve sim uma ruptura do padrão iniciado no decênio anterior, o que não significa a gênese de nenhuma fase espetacular de crescimento do produto estadual.

Nessa dinâmica, a economia de Nova Iguaçu foi desafiada a se recuperar dos processos emancipacionistas ocorridos entre 1990 e 2001, que lhe imputou perdas de diferentes âmbitos, e ainda responder positivamente à inflexão econômica em processo no estado do Rio de Janeiro.

O significativo fracionamento territorial do município implicou em impactos negativos na receita daquele município, sobretudo no que tange aos repasses estaduais. As transferências relativas ao FPM – Fundo de Participação dos Municípios pouco se alteraram devido à lei complementar n° 74, de 30/04/1993 e à Resolução n° 7, do TCU, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 24/05/1993, que estabeleceram que para efeito de cálculo das quotas do FPM seria utilizado o número que fosse maior: ou o número de habitantes em 1991 ou o das estimativas anteriores. Além disso, os municípios que sofreram desmembramentos que dariam origem a novos municípios em 1993, a quota do FPM seria proporcional à população dos mesmos antes das emancipações (Bremaeker, 1996a).

Segundo Bremaeker (1996b), da receita total dos municípios da RMRJ, 83,9%, ou seja, 10,86 bilhões de dólares pertencem ao município do Rio de Janeiro. Isto representa dizer que toda e qualquer comparação efetuada em função dos valores globais, estará intimamente influenciada pelo desempenho das finanças do município do Rio de Janeiro. Assim sendo, naturalmente Nova Iguaçu participa com um valor bastante modesto: em quarto lugar, ele responde por 2,2% do total da receita metropolitana, ficando atrás de Duque de Caxias, que participa com 3,6% do montante, e Niterói, com 3,3%.

Da receita de transferências dos municípios da RMRJ recebida no período 1985-1993, 68,6% dela, ou seja, 2,75 bilhões de dólares pertencem ao município do Rio de Janeiro. O segundo município em volume de recebimento é Duque de Caxias, que participava com 8,7% do montante de recursos transferidos. Seguem-se em importância os municípios de Nova Iguaçu, com 5,8% das transferências; Niterói, com 3,7%; São Gonçalo, com 3,5%; São João de Meriti, com 2,1%; Nilópolis, com 1,6%; Magé, com 1,4%; Itaboraí, com 1,3%.

Quase três quartas partes dos recursos transferidos aos municípios da RMRJ são provenientes do ICMS – Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços, que é responsável por 73,0% das transferências no período 1985-1993, ou seja, 2,91 bilhões de dólares. Nesse sentido, também a maior parte das transferências recebidas por Nova Iguaçu provém desse Imposto: 63,8%. Cabe ressaltar, que esta

participação da transferência do ICMS é bem superior àquela encontrada para o conjunto dos municípios brasileiros (47,6%) e mesmo para os municípios de grande porte (48,8%).

A transferência que se coloca em um segundo plano longínquo é a do FPM, que é responsável por 10,4% da receita de transferência dos municípios metropolitanos no período 1985-1993, ou seja, 420 milhões de dólares. Especificamente em Nova Iguaçu, elas respondem por quase 44 milhões de dólares, ou seja, cerca de 19% do total das transferências recebidas pelo município. Cabe dizer, que a participação média do FPM para os municípios de grande porte do país é de 14,6% (Bremaeker, 1996b).

Se por um lado Nova Iguaçu sofreu a redução de sua receita, as despesas municipais pelo menos com pessoal, não se reduziram uma vez que a maior parte dos funcionários preferiu continuar trabalhando na mesma municipalidade; de forma tal, que segundo Rodrigues (2005), Nova Iguaçu ficou com uma estrutura administrativa pretérita, dimensionada para um município que muito se transformou ao longo da década.

Em termos de parque industrial, Nova Iguaçu sofreu forte impacto com a perda do Distrito Industrial de Queimados, onde ainda hoje se localizam importantes empresas como a Cosigua S.A. (indústria siderúrgica), Ideal Standard (louças sanitárias), Knauf do Brasil (artefatos de gesso), Cervejarias Kaiser, Quartzolit (indústria de cimento) entre outras; e do Distrito Industrial de Belford Roxo, que abriga a Bayer do Brasil S.A, (indústria farmacêutica), Termolite (materiais de fricção), Lubrizol do Brasil (aditivos para combustíveis e lubrificantes), Tribel (tratamento de resíduos industriais) etc.

Em termos populacionais, Nova Iguaçu que em 1991 registrava uma população de 1.293.611 habitantes, a partir de 1993, devido às fragmentações passou a contar com 769.963, ficando os municípios dele desmembrados no início dos anos 1990 com as seguintes populações: Belford Roxo com 359.561, Japeri com 65.576, e Queimados com 98.511. Já na formação de Mesquita, Nova Iguaçu perdeu cerca 171.809 iguaçuanos, passando assim a contar aquele município, em 2000, com 754.519 habitantes, correspondentes a 7% do contingente da RMRJ. A densidade demográfica nesse mesmo ano era de 1.506 habitantes por quilômetro quadrado.

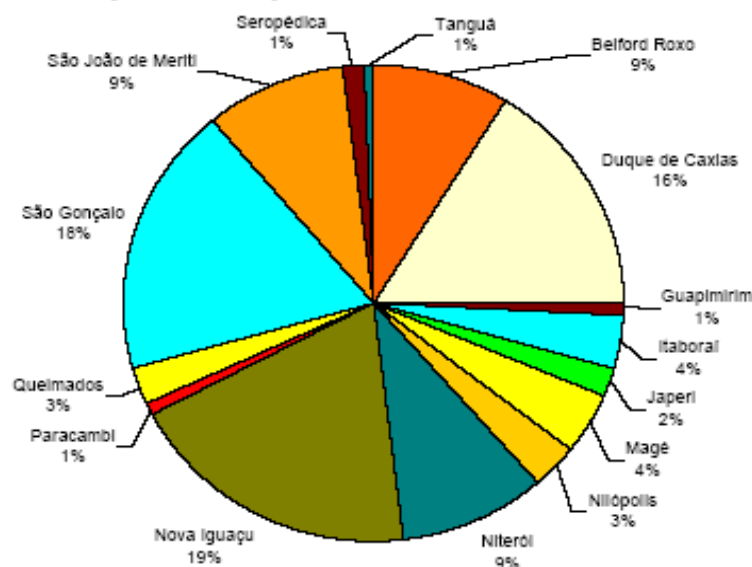
O município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 2,02% ao ano, contra 1,17% na região e 1,30% no Estado. E em 2006, sua população estimada era de 844.583 pessoas. A taxa de urbanização iguaçuana

corresponde a 122,0% da população, superior a metropolitana, que é de 99,5% (TCE, 2005).

O gráfico abaixo mostra que em 2003, Nova Iguaçu era o município mais populoso da RMRJ excluindo a capital.

Gráfico 1

Distribuição da população na Região Metropolitana (sem a capital)



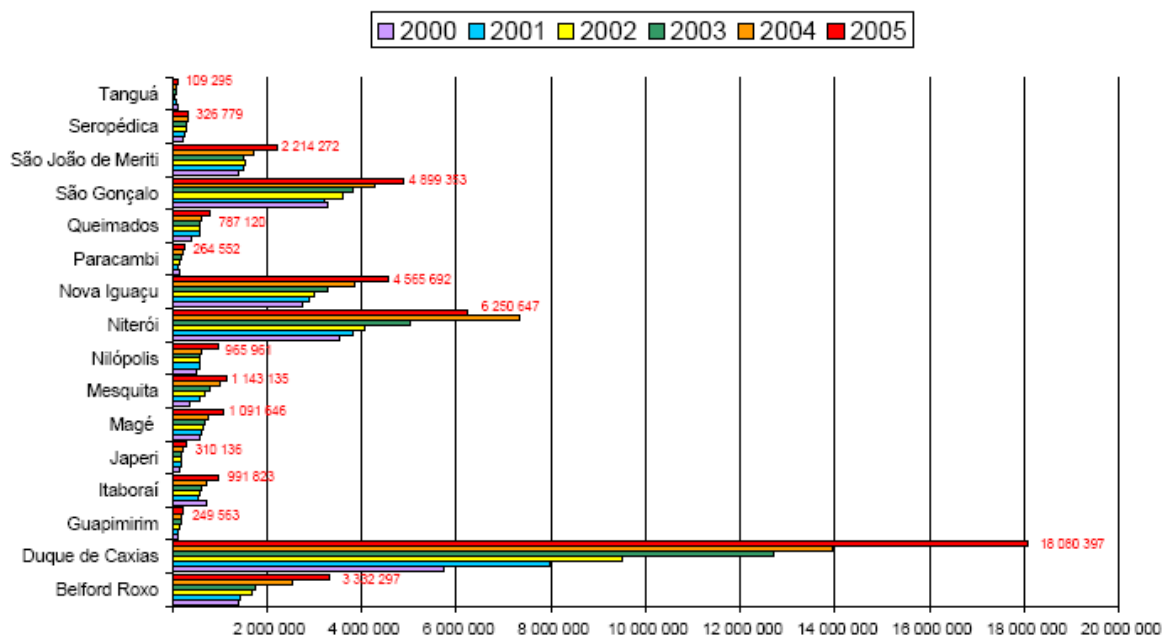
Fonte: TCE, 2005.

Segundo dados da Fundação CIDE, o PIB de Nova Iguaçu respondeu em 2003, por 1,78% do PIB estadual e com 2,62% do PIB da RMRJ. E em 2005, ele era o quinto colocado dentre os nove municípios da RMRJ que obtiveram PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão. Considerando-se o estado do Rio de Janeiro, no mesmo ano, Nova Iguaçu ocupava a sétima posição no ranking dos maiores PIBs a preços básicos fluminenses, tendo apresentado uma variação de 18,9% em relação a 2004. Adicionalmente, o PIB total per capita do município foi de R\$ 6.113,91 (TCE, 2007).

O gráfico abaixo demonstra o desempenho dos municípios da região de Nova Iguaçu no período 2000-2005. Percebe-se que o produto iguaçuano assumiu uma trajetória crescente ao longo do período em referência, tendo saltado de pouco menos de R\$ 3 milhões em 2000, para mais de R\$ 4,5 milhões em 2005.

Gráfico 2

Comparativo da evolução do PIB a preços básicos (R\$ mil correntes)



Fonte: TCE, 2007.

Conforme dados de 2003 da Fundação CIDE acerca da participação de cada setor na formação do produto iguaçuano, a maior contribuição advinha do comércio e serviços, seguindo-se a indústria e a agropecuária, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1- Produto Interno Bruto de Nova Iguaçu por setores, em 2003

Produto Interno Bruto - 2003		Distribuição das atividades			
Total (em R\$ 1.000,00)	Per capita (em R\$ 1,00)	Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços
3.707.797	4.639	0,23%	34,54%	7,35%	57,88%

Fonte: CIDE, 2003.

O setor terciário é o mais expressivo na composição do produto municipal, com destaque para as seguintes atividades: aluguel, prestação de serviços, transporte e o comércio varejista (CIDE, 2003). Todavia, a forte participação dos aluguéis no produto total, cerca de 23,3% do PIB, não significa, como se pode pensar, que há estagnação econômica no município. Ao contrário, há na verdade, um mercado imobiliário dinâmico voltado para os negócios no centro da cidade.

As diferentes atividades que compõem o PIB de Nova Iguaçu, segundo dados do TCE alusivos ao ano de 2005, correspondem ao gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Composição do PIB de Nova Iguaçu - 2005



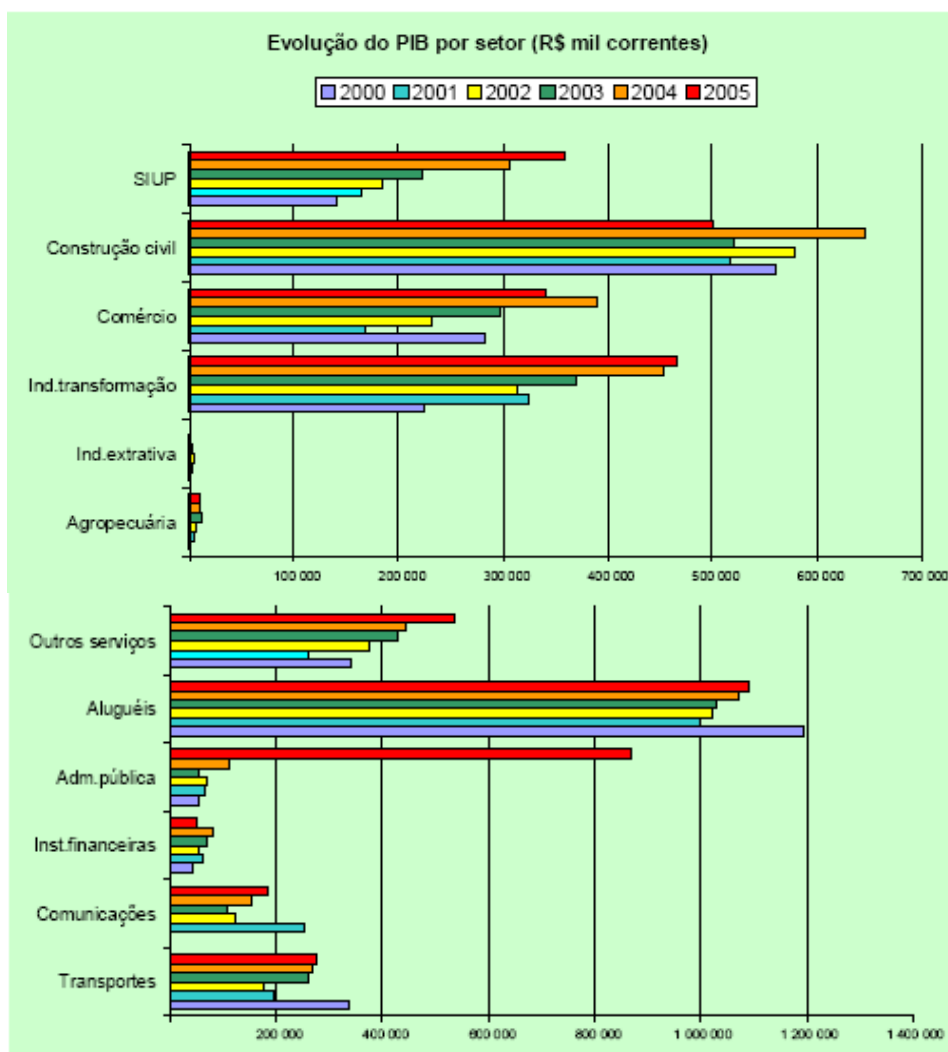
Fonte: TCE, 2007.

Outra atividade de extrema expressividade no município é o da construção civil, que responde, conforme demonstrado acima, por 10,7% do produto municipal. Tal fato, deve-se em grande medida à presença e atuação de várias empresas construtoras e incorporadoras voltadas a atender a demanda da classe média local, por novas habitações.

Segundo Furlanetto (1987), um aspecto interessante observado em Nova Iguaçu refere-se a uma certa intervenção em áreas ocupadas pela classe média-baixa instalada na região desde a década de 50 e que vêm sofrendo pressões por parte das empresas construtoras atuantes. As populações dessas áreas sofrem dois tipos de pressão: uma quanto à venda de seus imóveis, normalmente bem localizados devido à ocupação relativamente antiga, próximos à estrada férrea, e onde poderiam subir espigões, e outras pelo sistema de marketing das áreas afastadas (permuta terreno x unidade) oferecendo residências mais modernas, com maior conforto, enfim, com maiores atrativos em bairros mais afastados do centro.

De um modo geral, o setor de comércio e serviços obteve ao longo dos anos 90 ganhos de participação relativa quando comparado com o setor industrial. Segundo Rodrigues (2005), reforçar a centralidade comercial de Nova Iguaçu no seio da Baixada Fluminense foi inclusive uma estratégia da própria prefeitura face às emancipações ocorridas como forma de amenizar as perdas decorrentes dessas. O gráfico a seguir expressa a evolução da participação das atividades mais expressivas na formação do PIB de Nova Iguaçu entre 2000 e 2005.

Gráfico 4 - Participação dos setores no PIB de Nova Iguaçu – 2000-2005*



Fonte: TCE, 2007.

* Em 2000, o setor Transportes engloba Comunicações. Dados setoriais sem imputação de intermediação financeira.

Em 2004, uma pesquisa do Instituto Fecomércio em parceria com o Sindicato Varejista de Nova Iguaçu e com a Prefeitura Municipal indicou que as principais

atividades do centro comercial da cidade são: advocacia, serviços de saúde, lanchonetes, salões de beleza e vestuário.

Segundo Simões (2007), esse grande volume de transações comerciais e prestação de serviços deve-se à imensa população do município, à existência de uma burguesia local de alta renda e uma vigorosa classe média, mas sobretudo à massa consumidora oriunda não só do município, mas de quase todos os municípios da Baixada Fluminense.

Oliveira & Sales (1993) todavia, referindo-se à economia fluminense em seu conjunto afirmam que o significativo incremento nos níveis de ocupação do setor terciário ao mesmo tempo em que traduz as oportunidade de trabalho abertas por novas e mais sofisticadas modalidades de comércio (como shopping-centers e hipermercados), traduz, no outro extremo e com maior intensidade, o crescimento de atividades precárias e tradicionalmente incluídas no espectro da assim chamada economia informal.

Apesar da perda de participação relativa da indústria na composição do produto municipal, provocado tanto pela redução do número de estabelecimentos industriais, quanto pelo maior ritmo de crescimento do comércio e dos serviços no município, a atividade industrial iguaçuana ainda é expressiva, respondendo por quase 35% do PIB em 2003.

De acordo com a tabela 2 abaixo, o maior peso do setor industrial repousa na indústria de transformação, sendo que cerca de 21% do total do valor da produção industrial vem da indústria de produtos mobiliários, 21% da indústria de produtos alimentares, e a indústria de cosméticos responde por cerca de 10% do total nacional do ramo. Cabe dizer que nesse setor, empresas tradicionais como a Suíssa tem disputado mercado com firmas locais como Embelleze, Niely, Vita A, Aroma do Campo, Skafe entre outras, tanto regional quanto nacionalmente.

Tabela 2 - Estabelecimentos industriais de Nova Iguaçu, por classe – 2000-2003

Extrativa Mineral				Indústria de transformação				Serviços industriais de utilidade pública				Construção Civil			
2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
8	6	6	6	486	435	419	412	6	7	6	9	167	152	167	131

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Todavia, tem-se verificado de fato, uma mudança no perfil das indústrias, em função dos próprios processos de reestruturação nos níveis mundial, nacional e estadual, e também devido às novas características de ocupação do solo no município.

A desindustrialização do centro da cidade remonta aos anos 70, quando grandes fábricas como a Metalúrgica Ingá, e as alimentícias Granfino e Aimoré fecharam ou transferiram-se para outras localidades. Atualmente esse processo é mais visível ao longo da Rodovia Presidente Dutra. Na pista sentido Rio, fábricas têm fechado dando lugar a unidades comerciais e de serviços como bares, restaurantes, lanchonetes, casas de festas e de shows, supermercados etc. Ressalta-se todavia, que esse não é um processo generalizado, pois permanecem nesse eixo indústrias como a Cargill, Compactor, Sonoleve e Cimobras. E na pista sentido São Paulo, a desindustrialização foi mais intensa e essa renovação ainda não chegou, de forma que verificam-se: próximo ao centro, a NHK-Cimebra, e mais distantes, a USIMECA, a TASA, a Coca-Cola, Art Sul e o grande depósito das Lojas Americanas. No restante da Via Dutra, há diversas oficinas mecânicas, ferros-velhos e um grande número de terrenos vazios e de indústrias desativadas, que ainda não receberam um novo destino ou uso (Simões, 2007).

O setor primário do município outrora tão expressivo, hoje é muito pouco significativo, respondendo por menos de 1% do PIB municipal. Os principais destaques do setor são os cultivos de aipim, banana e quiabo. Na pecuária, apenas a avicultura agrega peso ao setor representado cerca de 2% da produção estadual (CIDE, 2003).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM¹⁰ de Nova Iguaçu em 1991 era de 0,707, e em 2000, de 0,762. Assim sendo, verifica-se que o desenvolvimento humano de Nova Iguaçu é médio, tendo apresentado melhora no período 1991-2000. Todavia, nos dois anos em referência, o município apresentou índices inferiores ao Estado do Rio de Janeiro (0,753 e 0,807, respectivamente); e em 1991 apresentou índice superior ao brasileiro (0,696), mas tendo em 2000, apresentado índice menor que o obtido pelo país (0,766). Nesse mesmo ano (2000), a taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais era de 93,2% no município.

De acordo com dados da Fundação CIDE (2003), a taxa de mortalidade infantil do município assumiu ao longo do período 1994-2003 uma trajetória de constante redução, passando de 36,7 crianças a cada 1000 que nasciam vivos em 1994, para 20,0 no final do período. Também a taxa de mortalidade bruta, no mesmo intervalo de

¹⁰ O IDH mede o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. Seu valor varia entre zero, considerado nenhum desenvolvimento humano, e um, desenvolvimento humano total, sendo que índices inferiores a 0,499 são considerados baixos, índices de 0,5 a 0,799 são considerados médios, e acima de 0,8 são considerados altos.

tempo, reduziu-se continuamente de 8,0 por 1000 habitantes no início do período, para 6,9 por 1.000, em 2003. As tabelas abaixo comprovam essas informações.

Tabela 3

Taxa de mortalidade infantil (por 1 000 nascidos vivos)									
1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
36,7	33,9	32,7	30,8	29,8	26,2	24,1	20,8	20,4	20,0

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE.

Tabela 4

Taxa bruta de mortalidade (por 1 000 habitantes)									
1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
8,0	7,9	7,6	7,4	7,2	7,1	7,0	6,9	7,0	6,9

Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, Nova Iguaçu apresentou entre os dois últimos censos, um crescimento da ordem de 39,39% em sua renda per capita, que passou de R\$ 170,39 em 1991, para R\$ 237,50 em 2000. Além disso, a pobreza medida pelo número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo, diminuiu 23,5% no mesmo período, passando de 32,7% para 25,0%. A desigualdade, todavia, medida em termos do Índice de Gini¹¹, cresceu, conforme mostra a tabela abaixo: passou de 0,50 em 1991 para 0,53 em 2000.

Tabela 5

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,7	2,6
40% mais pobres	12,0	10,4
60% mais pobres	25,2	23,1
80% mais pobres	45,9	43,8
20% mais ricos	54,1	56,2

Fonte: TCE, 2005.

Apesar de todo o crescimento econômico e da melhoria de alguns indicadores sociais, a Fundação CIDE (2003) apontou para Nova Iguaçu, a ocorrência de inúmeros

¹¹ O Índice de Gini mede o grau de concentração de qualquer distribuição, sendo todavia, muito utilizado para avaliar o grau de concentração de renda de um país. Ele varia entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, pior a distribuição de renda, e quanto mais próximo de zero, melhor.

casos de doenças como hanseníase, que em 2004 atingiu 217 pessoas; tuberculose, que atingiu no mesmo ano 868; leptospirose, 73; meningites em geral, 103; e a dengue, que em 2004 atingiu 165 pessoas, e em 2008, em face da epidemia deflagrada no estado, mais de 18 mil casos foram registrados só no município de Nova Iguaçu.

Fato é que faltam esforços da administração pública no sentido de minimizar a ocorrência dessas doenças através da conscientização da população e da melhoria dos serviços de saneamento básico em algumas localidades. Aliás, essa deve ser uma preocupação das autoridades municipais a fim de se evitar inclusive novos movimentos emancipacionistas, pois esta foi uma das motivações presentes em todos os processos anteriores.

O Km 32 da antiga Rodovia Rio-São Paulo pertence ao município de Nova Iguaçu, todavia verifica-se que os moradores daquele local só vão à sede municipal para resolver problemas junto à prefeitura. O comércio e os serviços são procurados em Campo Grande (bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro). Segundo Simões (2007) a relação é tamanha, que existe ali uma escola da rede municipal da capital estadual. Destarte, é possível e provável que haja a qualquer momento, uma tentativa de emancipação daquela localidade em relação a Nova Iguaçu, e de anexação ao Rio de Janeiro. Com isso, Nova Iguaçu mais uma vez ver-se-á perdendo território e contingente populacional tendo que se reorganizar no sentido de recuperar-se das perdas sofridas, como ocorreu nos sete outros desmembramentos anteriores.

Considerações finais

A urbanização e a industrialização de Nova Iguaçu resultou do processo de mesma natureza ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos 30 e 40. Isso porque a expansão industrial e a efetiva ocupação urbana de Nova Iguaçu decorreram do extrapolamento e re-direcionamento do crescimento econômico e populacional do Rio de Janeiro, àquela época capital brasileira, para além de suas fronteiras, seguindo as margens da Rodovia Presidente Dutra e da Avenida Brasil, isto é, em direção à Baixada Fluminense. Some-se a isso ainda, a política de isenções fiscais adotada pela prefeitura de Nova Iguaçu.

O resultado foi, até os anos 50, a instalação de inúmeras indústrias alimentícias e de materiais de construção naquele município, cuja produção atendia sobretudo o mercado local. Houve também um expressivo crescimento populacional desencadeado

pela entrada de migrantes em Nova Iguaçu e demais municípios da Baixada. Eles buscavam melhores condições de vida na cidade do Rio de Janeiro e fixavam residência na Baixada por esta ser a periferia mais próxima, onde os lotes tinham preços acessíveis e o acesso era facilitado pelas ferrovias recém-eletrificadas. Os reflexos deste surto populacional podem ser verificados no elevado número de loteamentos aprovados na Baixada como um todo àquela época.

O efeito multiplicador desencadeado pelo crescimento industrial refletiu por sua vez, no crescimento do setor terciário, dos empregos, da rede comercial etc, o que culminou na emergência de Nova Iguaçu, no seio da Baixada Fluminense, como um pólo relativamente autônomo que reproduz, embora em escalas menores, os arranjos econômicos e espaciais verificados na cidade do Rio de Janeiro, com poder inclusive de articular outros municípios menores de seu entorno.

Nos anos 60 e 70, Nova Iguaçu em sua trajetória de cidade-pólo atraiu empresas de grande porte, sobretudo de transformação, que se distribuíam por seus distritos, que por sua vez colaboravam proficuamente com a geração da receita municipal. A indústria de transformação cresceu de forma tal, que em 1965, quase a totalidade do valor total de produção era proveniente desta. Analogamente, a população iguaçuana crescia de maneira acelerada e sustentada.

Em virtude de todo esse crescimento verificado em Nova Iguaçu, o município se firmou como cidade-pólo, exercendo múltiplas funções num território que excede suas fronteiras. Contando com um distrito central de negócios relativamente autônomo e desenvolvido, ele exerce praticamente as mesmas funções do núcleo fluminense, porém em menor escala.

A prefeitura municipal, todavia, a despeito das importantes contribuições de seus distritos na formação da receita total do município, permanecia executando a política de investimentos seletivos que lhe implicou em perdas de território, população, parque industrial e rede de comércio e serviços, na formação de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, na década de 1940. Com isso, a própria prefeitura encarregou-se de criar em seus distritos um sentimento anti-iguaçuano, e o desejo de formar um novo município onde os tributos recolhidos de fato fossem revertidos em bens e serviços públicos para a população contribuinte.

Foi nesse contexto que nos anos 80, após uma trégua de quase 20 anos nos movimentos pró-emancipação provocado pelo Golpe Militar de 1964, foram retomadas as campanhas emancipacionistas. A década de 1980, na verdade foi apenas de

articulações, mobilizações e tentativas, pois somente no decênio seguinte, é que novos municípios se formaram a partir da fragmentação de Nova Iguaçu, quais sejam: Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

Embora os processos de emancipação de cada um desses novos municípios tenham desenrolado de maneiras diferentes, fato é que o interesse dos grupos políticos locais de exercerem o poder de forma legítima e os anseios dos moradores, de serem atendidos com bens e serviços públicos de qualidade, que melhorassem as condições de vida da população como um todo, constituíram-se em motivação para todos os processos ocorridos.

Em 1980, tem-se o auge do setor industrial iguaçuano. A partir daí, acompanhando a tendência estadual de esvaziamento econômico, o município sofreu uma queda no nível de emprego da economia, logo, perde dinamismo econômico e em decorrência disso, sua taxa de crescimento populacional, explicada em boa medida por migrações, é reduzida significativamente.

Já em meados dos anos 1990, a economia fluminense passou a cursar parte das transformações necessárias para reverter a trajetória de “esvaziamento relativo” verificada até então. Nesse sentido, Nova Iguaçu foi desafiado a responder positivamente à inflexão econômica em processo no estado, recuperando-se então dos processos emancipacionistas ocorridos entre 1990 e 2001.

No decorrer dos anos 1990 e 2000, Nova Iguaçu atravessou um processo de acelerado crescimento econômico, que ratificou a emergência do município enquanto uma “economia de serviços”, em detrimento das atividades industriais. Essas atividades não deixaram de ser expressivas, mas tiveram perda de participação na formação do produto municipal. No setor terciário destaca-se a participação dos aluguéis, prestação de serviços, transporte, comércio varejista e da construção civil, na composição do PIB iguaçuano; enquanto no setor secundário, o destaque cabe à indústria de produtos mobiliários, de produtos alimentares e de cosméticos. No centro comercial da cidade os principais serviços prestados são os de advocacia, de saúde, lanchonetes, salões de beleza e vestuário.

Referências Bibliográficas:

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003, 197 p.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfil municipal – Nova Iguaçu. Disponível em: www.fjp.gov.br. Acessado em 21/03/2007.

BREMAEKER, François E. J. Limites à criação de novos municípios: a Emenda Constitucional nº 15. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, v. 43, nº 219, pp. 118-128, abr./dez. 1996.

_____. Situação financeira dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: com que receitas contaram ao longo de uma década? *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro: IBAM, v. 43, nº 218, pp. 85-100, jan/mar. 1996.

CIDE – Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2003. Rio de Janeiro, CIDE, 2003.

FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jane Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt. Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, nº 2, p.27-56, abr/jun. 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: 1959. v. 02.22.

_____. Censos Demográficos e Econômicos do Estado do Rio de Janeiro. (Diversos anos).

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: Uma reflexão em busca de auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2000. 478 p.

MORAES, Mariana Dias de. Perspectivas pós-descentralização na Baixada Fluminense: Como andam os municípios emancipados de Nova Iguaçu após a Constituição de 1988? Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

NORONHA, Rudolf. Criação de novos municípios: o processo ameaçado. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: IBAM, v. 43, nº 219, abr./dez. 1996. p. 110-117.

OLIVEIRA, Jane Souto de; SALLES, Yedda Botelho. *O Federalismo e os interesses regionais: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 32p.

PEDROSO, José & PORTO, Adolpho. Nova Iguaçu. In: Rio de Janeiro, o Estado e o município. Rio de Janeiro, 1950. 445-452p.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. 127p.

SECTRA/RJ – Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. *Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Disponível em <http://www.central.rj.gov.br/pdtu/indexbkp.html>. Acessado em 25/11/2008.

SILVA, Robson Dias. Rio de Janeiro: Crescimento, transformação e sua importância para a economia nacional (1930-2000). Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2004. 167p.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. 300p.

TCE RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Estudo socioeconômico 2005 - Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2005. Disponível em www.tce.rj.gov.br. Acessado em 02/08/2008.

_____. *Estudo socioeconômico 2007 - Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, TCE RJ, 2007. Disponível em www.tce.rj.gov.br. Acessado em 02/08/2008.